

NOTA DE IMPRENSA

A proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo PS não responde à imperiosa necessidade de crescimento da oferta de Transportes Públicos na AML

O alargamento do Passe Social Intermodal com redução tarifária, importante conquista que o PCP muito valoriza e na qual teve um papel fundamental, veio confirmar o que de há muito o PCP colocava sobre o sistema de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa: o preço era um factor decisivo para se poder alargar a procura; a redução de preços provocaria um aumento da receita bruta do sistema tal o impacto no aumento de utentes; a oferta é insuficiente, e são necessários um conjunto de investimentos estratégicos que estão a ser adiados há largos anos.

Infelizmente, a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo PS, actualmente em discussão na Assembleia da República, não corresponde ao avanço no sistema de transportes públicos que é necessário e possível.

A proposta de OE2020 reduz as verbas no Orçamento para o PART (o Programa de Apoio à Redução Tarifária que financiou parte da redução de custos). É que em 2019 o PART só funcionou durante 9 meses, pelo que a sua anualização implicaria um aumento de verbas de 33%, que não acontece. Faltam 9 milhões de euros só para essa anualização, que no grosso são transferidos para as autarquias suportarem.

Mas o atraso mais grave está **na falta de medidas para alargar a oferta**, como todos os utentes sabem ser verdadeiramente imperioso. A proposta de OE 2020 cria, essencialmente para efeitos de propaganda, um Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) que tem um nome e uma sigla tão pomposos quanto são insuficientes as verbas a ele alocadas: 15 milhões de euros.

O PCP propõe como alteração à proposta de OE que as verbas do PART aumentem efectivamente:

- Para fazer face à anualização;
- Para responder à integração das ligações interregionais no esquema de apoios do PART, da qual estão hoje excluídas, prejudicando as autarquias (com mais encargos) e os utentes (com uma menor redução e menor intermodalidade), nomeadamente no Oeste e noutras CIM limítrofes às áreas metropolitanas.
- Para generalizar ao país o alargamento de mobilidade conquistado na Área Metropolitana de Lisboa (um passe, para todas as carreiras, todos os operadores e toda a região).

O PCP apresentou ainda um conjunto de propostas de alteração à proposta de Orçamento de Estado para 2020 que, sendo aprovadas, **permitiriam começar a resolver de facto o problema da oferta de transportes públicos**, particularmente no transporte ferroviário pesado, o mais estratégico e o que mais investimentos exige. **O PCP propôs que fossem retiradas do apoio ao grande capital as verbas necessárias para:**

- Lançar em 2020 a **modernização da Linha de Cascais e da Azambuja** e acabar com as sucessivas derrapagens da **modernização da Linha do Oeste**.
- Lançar em 2020 os concursos para **aquisição de comboios para a CP Lisboa**, permitindo substituir a frota de Cascais e ainda alargar a oferta na restante rede da CP Lisboa;
- **Acabar com as restrições à contratação de trabalhadores nas empresas públicas**, permitindo, por um lado, que a CP tenha o pessoal necessário para realizar a manutenção e reparação atempada da sua frota, inclusive da que está encostada, e para que no conjunto das empresas se acabe com as supressões operacionais e com as estações sem trabalhadores.

Existem as verbas para enfrentar estes investimentos estratégicos. Elas estão a ser desviadas para o Grande Capital, para apoiar bancos falidos, garantir isenções a especuladores bolsistas e pagar juros a agiotas. Por exemplo, a modernização da Linha de Cascais exige 380 milhões de euros nos próximos 5 anos. Nesse período de tempo, as PPP rodoviárias receberão 6 mil milhões de euros, mais umas centenas de milhões em decisões de «equilíbrio financeiro» proferidas por esses falsos Tribunais que são os tribunais arbitrais. Os 600 milhões de euros que – só em 2020 – se pretende injectar no Novo Banco, seriam suficientes para comprar novos comboios para substituir a frota da Linha de Cascais, reforçar em 40% a restante frota da CP Lisboa e ainda aumentar a exígua aquisição de comboios para o Metro de Lisboa (onde apenas está lançado o concurso para 7 novos comboios para chegarem em 2023).

É no mesmo sentido a proposta do PCP para o Metropolitano de Lisboa. **Em vez de se desperdiçar 300 milhões de euros na transformação da Linha Amarela e Verde numa Linha Circular** entre o Cais Sodré e o Campo Grande, que traria nulos benefícios e largos prejuízos aos utentes, **o que se impõe é utilizar essas verbas a levar o Metro a Alcântara**, única zona da Cidade de Lisboa sem ligação à rede de Metro, e a **Loures**, única Cidade da Área Metropolitana Norte sem ligação ferroviária pesada à capital.

A DORL do PCP lança hoje uma campanha política de massas «Por Mais e Melhores Transportes Públicos – É preciso optar pelo povo e pelos serviços públicos!». Com o intuito de alargar o esclarecimento e a mobilização dos utentes e dos trabalhadores pelo direito ao transporte. Uma campanha onde nos propomos recolher milhares de postais dirigidos à Assembleia da República para que esta proceda às necessárias alterações ao OE2020 no sentido de destinar as verbas necessárias ao aumento da oferta de transportes públicos.

16 Janeiro 2020